

## BARREIRAS NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR: A VOZ DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E ALUNOS APOIADORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Priscilene Matias dos Santos<sup>1</sup>  
Andreza Vidal Bezerra<sup>2</sup>  
Adenize Queiroz de Farias<sup>3</sup>  
Izaura Maria de Andrade da Silva<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente estudo surgiu a partir de um projeto de extensão intitulado "Estudantes com deficiência e alunos apoiadores na Universidade Federal da Paraíba: Práticas de capacitação e empoderamento" do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculado ao Núcleo de Educação Especial (NEDESP), ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), ao Departamento de Terapia Ocupacional e à Brinquedoteca do CE. Tem como principal objetivo identificar as principais barreiras enfrentadas pelos alunos apoiadores e seus apoiados, a fim de colaborar para o processo de empoderamento, inclusão universitária e social desses estudantes. A pesquisa é de cunho qualitativo aplicada por meio de dois modelos de questionários, um direcionado aos alunos com deficiência e o outro aos seus respectivos apoiadores. Conclui-se por meio desta pesquisa, que a presença das pessoas com deficiência no âmbito acadêmico já demonstra que as mesmas são pessoas empoderadas, no entanto as barreiras, seja elas físicas ou atitudinais, por muitas vezes impede seu protagonismo social/acadêmico.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Empoderamento, UFPB.

### INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir de um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Educação Especial (NEDESP), ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), ao Departamento de Terapia Ocupacional e à Brinquedoteca do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem como objetivo analisar as barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência e seus respectivos apoiadores, com o intuito de fortalecer o processo de empoderamento, bem como, de inclusão universitária e social destes estudantes.

Partindo do modelo social da deficiência que segundo SASSAKI (2009) tem como conceito, a adaptação e adequação dos ambientes sociais para que as pessoas com deficiência consigam participar plenamente de suas atividades. De acordo com esse modelo, ainda existem barreiras que impedem o pleno desenvolvimento e participação das pessoas com

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
Priscilene.ms@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
andrezavidalbezerra@outlook.com

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adenize Queiroz de Farias da Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
adenize.queiroz@gmail.com

<sup>4</sup> Prof<sup>a</sup> Ori<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Izaura Maria de Andrade da Silva Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
izamarasi@gmail.com

deficiência, entre elas estão as Barreiras atitudinais e Arquitetônicas. Quanto às primeiras, entendemos que se trata de práticas desfavoráveis, implicadas nas atitudes que a sociedade reproduz, como por exemplo a negação do direito de ir e vir, de interagir, de se relacionar..., em função da condição da deficiência. Desta forma, tais atitudes acabam impedindo a participação do indivíduo na sociedade. Já as barreiras arquitetônicas, são aquelas mais visíveis, que obstaculizam o acesso interno ou externo das pessoas com deficiência aos ambientes públicos e privados, que é normatizada pela NBR 9050.

Com base nas diretrizes norteadoras do projeto incluir (BRASIL, 2013), o qual assegura políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior, a universidade deve garantir meios que possibilitem a participação das pessoas com deficiência nesta etapa de ensino, de forma plena e autônoma. Foi a partir deste projeto que surgiram os referenciais políticos, como também os recursos financeiros que possibilitaram a criação do CIA, a fim de garantir um atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência da UFPB. A partir desta iniciativa, ocorreu a implementação do programa aluno apoiador, que consiste em promover a acessibilidade dos alunos com deficiência, nos diversos campi desta universidade.

Ao nosso ver, é necessário que as pessoas com deficiência sejam protagonistas da sua própria história, o empoderamento é de suma importância para que isso ocorra, porém segundo DANTAS (2014) é necessário que elas conheçam a história de luta de seu grupo social, a sua história de vida e seus direitos.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de um questionário aplicado aos alunos apoiadores e seus respectivos apoiados, dando-lhes a opção de responder de forma manuscrita ou digital. A fim de colher informações acerca de como se dá o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na UFPB, a partir da experiência no programa.

O artigo trará, inicialmente discussões acerca do modelo social da deficiência, posteriormente, será abordada a temática das barreiras atitudinais e arquitetônicas enfrentadas por estudantes com deficiência no seu cotidiano acadêmico, em seguida serão apresentados elementos relacionados a política de inclusão adotada pela UFPB, o conceito de empoderamento, e por fim, o resultado da pesquisa.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa surge no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Projeto de Extensão intitulado “Estudantes com deficiência e alunos apoiadores na

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Universidade Federal da Paraíba: Práticas de capacitação e empoderamento”, em percurso no ano de 2019, o qual possui a finalidade de realizar vivências que colaborem no processo de empoderamento dos discentes com deficiência e seus apoiadores.

Para delimitar a população investigada, tomamos a decisão de dar representatividade aos diversos seguimentos que compõe a comunidade de pessoas com deficiência da UFPB, assim foram ouvidos: um estudante cego, um com baixa visão, um surdo, um físico, um intelectual e um múltiplo, além de seus respectivos apoiadores.

A pesquisa é de cunho qualitativo, e aplicada por meio de dois modelos de questionário, um direcionado aos alunos apoiados e o outro aos seus apoiadores, aplicada via e-mail aos alunos cadastrados no CIA. No entanto, apenas foram selecionados um questionário referente a cada tipo de deficiência, sendo o primeiro a chegar no e-mail do projeto o selecionado, em virtude do alto percentual de respostas coletadas.

Após os dados coletados, eles foram catalogados de maneira que facilitassem a compreensão e a análise dos fatores que impedem o protagonismo social/acadêmico do público alvo desta pesquisa.

## **O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Durante muito tempo, na era da exclusão, as pessoas com deficiência eram consideradas como inválidas e defeituosas, o que se verificava pela ausência de conhecimentos por parte das sociedades acerca da deficiência. Havia a ideia de que estas pessoas não tinham a capacidade de se desenvolverem, por esta razão, muitas delas acabavam sendo abandonadas e sacrificadas.

identifica-se, portanto, ou desde os primórdios até o século XVII, uma visão de deficiência basicamente associado deformação humana, por conseguinte, uma visão de pessoa como ser anormal, incompleto, imperfeito, portanto, sem nenhum valor social. (SANTIAGO, 2009, s/p)

Como apresentado na fala acima, por muito tempo as pessoas com deficiência não tinham o direito a própria vida, tão pouco a educação. No entanto, a partir do século XIX, novas iniciativas são implementadas no propósito de redefinir o atendimento às pessoas com deficiência. Trata-se da criação de espaços, que culminaram com a segregação destes indivíduos. Em outras palavras, era uma educação que tinha por objetivo afastá-los da sociedade e do convívio familiar e tinha como base o modelo médico-patológico, que almejava a normalização destas pessoas, “[...] por caridade ou conveniência – confinavam as

peças com deficiência em instituições terminais, prestando-lhes alguma atenção básica: abrigo, alimentação, vestuário, recreação.”(SASSAKI, 2009).

Um marco importante para a consolidação do direito à educação das pessoas com deficiência no Brasil, foi a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, tomando como base o modelo social da deficiência, que entende que o problema não está na deficiência, mas na sociedade que não está preparada para recebê-las. (DANTAS, 2010). No entanto, mesmo após a criação do CENESP, manteve-se certa dualidade no ensino, persistindo uma segregação entre as pessoas com e sem deficiência, preservando-se, portanto, um sistema educacional, no qual havia escolas separadas para ambos os segmentos.

Foi a partir da década de 80, que se intensificaram as discussões em torno da inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, observa-se entretanto a inexistência de um currículo voltado para ao público alvo da educação especial, ou seja, as pessoas com deficiência estavam inseridas na sala de aula, porém, cabia a elas o exercício de se adaptarem ao ambiente, que por sua vez achava se totalmente despreparado para acolher as suas demandas.

Na década de 90, segundo DANTAS (2010), com A declaração de Educação Para Todos, a qual apresenta algumas possibilidades e metas da educação das pessoas com deficiência, e a Declaração de Salamanca que estabelece diretrizes para um modelo educacional mais inclusivo, que começou a se pensar num currículo adaptado às necessidades específicas da aprendizagem das pessoas com deficiência, ocasionando num modelo educacional mais justo.

Dentro do modelo social da deficiência vigente atualmente, “ao resistir à redução da deficiência aos impedimentos, ofereceu novos instrumentos para a transformação social e a garantia de direitos” (DINIZ, 2009, p.69) . Ou seja, as pessoas com deficiências têm suas potencialidades e que as barreiras que lhe são impostas, as impedem de ter o seu pleno desempenho e autonomia, pois ” às pessoas com deficiência têm desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são, pessoas humanas, e o que se pensa que elas são: deficientes” (SOUZA, 2008, p.23).

## **BARREIRAS ATITUDINAIS**

Diante do histórico da educação das pessoas com deficiência, abordado acima, constata-se que estas não eram reconhecidas como sujeitos de direito, acarretando até os dias atuais em um preconceito, sobre suas reais potencialidades. Segundo DIAS (2014), os

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

preconceitos estão fundados em crenças generalizadas sobre características pessoais de grupos minoritários, as quais são consideradas como tipicamente negativas.

Partindo desse pressuposto, nota-se que para haver uma efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, é necessário muito mais do que as leis, precisamos de uma conscientização social, acerca das potencialidades dessas pessoas, para que, então se promova a quebra de paradigmas.

No cotidiano das pessoas com deficiência, estes paradigmas se convertem em uma série de barreiras atitudinais que, de acordo com (DIAS, 2014, p.31): “[...] estão materializadas por meio da discriminação, preconceito e estigmatização, ensejando um olhar depreciativo para a convivência equânime da diversidade humana”.

Tendo em vista que pouco se sabe sobre as barreiras atitudinais, e a naturalidade com a qual se trata pejorativamente sobre a incapacidade das pessoas com deficiência, perpetuando este histórico processo de desumanização das mesmas, fica nítido que “Por assim dizer, o maior problema das barreiras atitudinais está em não as removermos, assim que são detectadas”. (SOUZA, 2008, p.27).

Ao tratar desta questão, a mesma autora prossegue afirmando que “As barreiras atitudinais podem estar baseadas em preconceitos explícitos ou a eles dar origem. [...] eles aparecem em nossa linguagem, tanto quanto em nossas ações ou omissões” (SOUZA, 2008, p.29), ou seja, mais do que o entendimento, sobre o que são as barreiras atitudinais, é importante agir contra as mesmas, evitando quaisquer atitudes de omissão em decorrência de situações de opressão para com uma pessoa com deficiência, fato este que é recorrente no ambiente universitário.

Diante disso, temos a convicção de que, enquanto docentes ou discentes do ensino superior, devemos nos contrapor à atitudes de comodismo, que inferiorizam ou maximizam as competências das pessoas com deficiência, tratando-as por um lado, como inferiores ou por outro lado como seres extraordinários.

Pelo que vimos, estas barreiras, que são consequência de uma cultura cujo foco está na incapacidade das pessoas com deficiência são, por vezes, invisíveis resultando, no cotidiano dessas pessoas, em experiências de exclusão e discriminação as quais, geralmente não são percebidas, diferentemente do que ocorre em relação as barreiras arquitetônicas, apresentadas a seguir.

## **BARREIRAS ARQUITETÔNICAS**



As barreiras arquitetônicas podem ser compreendidas como bloqueios que impedem o acesso das pessoas com deficiência em locais públicos e privados. Além disso, podemos destacar que devido a estas barreiras, pessoas com deficiência são privadas do direito há uma vida social, cultural, esportiva, acadêmica, entre outros, acarretando o impedimento pleno do exercício de suas potencialidades, bem como de sua cidadania.

De acordo com a ABNT, são caracterizados como exemplos de barreiras arquitetônicas:

[..] escada sem corrimão, ausência de banheiros adaptados, ausência de rampas de acesso, ausência de guias rebaixadas, pouca iluminação, ausência de orelhões com altura compatível para cadeirantes, ausência de sinalização tátil, carência de manutenção nas ruas e calçadas, além de portas e corredores estreitos, e etc. (ABNT apud DIAS, 2014, p.23).

Apesar destes desníveis na arquitetura já serem reconhecidos como barreiras, que impedem o ir e vir das pessoas com deficiência, observa-se que os espaços públicos e privados, ainda estão repletos destes obstáculos, o que é possível constatar também na universidade, que embora esteja incorporada ao discurso de uma política pública inclusiva, possui notadamente uma estrutura arquitetônica inadequada.

Segundo DIAS, a NBR 9050 é a principal norma técnica que assegura que todos ambientes sejam completamente adaptados às especificidades das pessoas com deficiência, ou que por algum motivo esteja com a mobilidade reduzida.

O passo seguinte consiste em efetivar o cumprimento desta norma, garantindo desta forma as pessoas com deficiência maiores possibilidades de autonomia e participação social.

## **INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Como já explicitado, a educação das pessoas com deficiência foi um direito adquirido tardiamente, e quando nos referimos ao acesso, qualidade e permanência destes estudantes no ensino superior, observamos que se trata de um processo ainda mais recente. Segundo MAGALHÃES (2013), tal fato acaba se constituindo como uma adversidade para os professores universitários. Entretanto, consideramos que se torna necessário superar o uso deste discurso que ainda hoje corrobora para a estagnação do processo de inclusão em todos os níveis de ensino.

No que se refere a educação superior, consideramos de suma importância que se amplie a compreensão em relação a singularidade de cada indivíduo. Nessa perspectiva, convém reconhecer que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, são diferentes,

necessitando, portanto, de medidas que equiparem as oportunidades de participação em relação aos demais estudantes.

Segundo SOUZA (2008) negar isto, também se configura numa barreira atitudinal, e prejudica diretamente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

Com base nas diretrizes que norteiam o projeto incluir: acessibilidade na educação superior do MEC/SECADI, o qual assegura políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior, a universidade deve garantir meios que possibilitem a participação das pessoas com deficiência nesta etapa de ensino, de forma plena e autônoma. “Podemos afirmar, ainda, que não se trata somente da garantia de vagas, mas da organização, por parte da Universidade, de estratégias que colaborem com sucesso escolar desses alunos.” (MAGALHÕES, 2013, p.47)

Foi a partir do projeto incluir, que surgiram os referenciais políticos, como também os recursos financeiros que possibilitaram a criação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), a fim de viabilizar um atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A partir desta iniciativa, ocorreu a implementação do programa aluno apoiador, o qual contribui para a remoção das barreiras impostas pela conjuntura acadêmica, no cotidiano desses estudantes, nos diversos campi desta instituição.

De acordo com o edital Nº 002/2018 publicado pelo CIA, o projeto aluno apoiador consiste em possibilitar, por meio da colaboração de alguns estudantes, o acompanhamento aos alunos com deficiência, em sua rotina acadêmica, no intuito de minimizar as barreiras, em especial as que dizem respeito ao deslocamento dessas pessoas na universidade, assim como ao acesso aos conteúdos curriculares.

Observamos que em meio a uma série de entraves existentes no programa, o que discutiremos na sessão que trata dos resultados e discussões, o programa aluno apoiador, se caracteriza como uma saída viável, no enfrentamento dos inúmeros desafios que limitam o processo de empoderamento das pessoas com deficiência, questão que discutiremos na sessão seguinte.

## **O EMPODERAMENTO**

Segundo os autores Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento é um processo que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutas, ou seja, reverbera na autonomia pessoal e coletiva dos indivíduos e grupos em suas relações interpessoais.

No caso das pessoas com deficiência, o empoderamento consiste em um processo de extrema importância no desenvolvimento de suas competências, o que resultará numa participação social e cultural engajada.

De acordo com DANTAS (2014) é a partir do reconhecimento de sua identidade enquanto pessoa com deficiência, se apropriando sobre a história de seu grupo social, sua história de vida e seus direitos, e para além disso, adquirindo competências de expressão, reivindicação, participação, comunicação e liderança da sua própria vida, que as pessoas com deficiência se tornam mais empoderadas.

Neste sentido, acreditamos que o aluno apoiador desempenha um papel relevante, podendo auxiliar na construção de uma sociedade mais inclusiva, contribuindo assim para a efetivação de direitos.

Diante do exposto, estamos convictas de que o empoderamento das pessoas com deficiência é um dos fatores determinante à remoção das barreiras arquitetônicas e atitudinais, denunciadas pelos estudiosos do modelo social. Somente assim, será possível que tais pessoas exerçam uma participação plena e efetiva, dentro ou fora do ambiente acadêmico, tornando-se com isso, sujeitos ativos e conscientes de suas escolhas, como também de seus direitos e responsabilidades.

## **ANÁLISE DE DADOS**

Nessa seção, apresentamos a voz de alunos apoiadores, como também de estudantes com deficiência, acerca de sua experiência na universidade. Os dados a seguir, evidenciam uma série de fatores que se caracterizam como obstáculos que dificultam e por vezes impedem a participação plena desses estudantes nas diversas atividades desenvolvidas ao longo de sua formação acadêmica.

Visando a organização destes dados, elegemos algumas categorias analíticas, a saber: Aluno apoiador x barreiras; Condições de acessibilidade; Relação docente; Apoiado e apoiador; Capacitação.

## **ALUNO APOIADOR X BARREIRAS**

É nítido que as barreiras físicas e atitudinais cotidianamente enfrentadas por alunos com deficiência no ensino superior, ainda são muitas, e na maioria das vezes, o aluno apoiador acaba se tornando o único meio de acessibilidade oferecido pela UFPB, visando a

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



resolução deste desafio, no entanto, o programa parece insuficiente para garantir a inclusão destes estudantes, o que fica evidente no relato a seguir: *“A Universidade oferece o Programa Aluno Apoiador que ajuda a enfrentar a falta de acessibilidade, tanto física como atitudinal que enfrentamos. [...] O que piora em alguns casos onde determinados professores, além de falta de preparo, demonstram má vontade [...]” (PCD 1)*

Como vimos, para além da ausência de condições materiais, há que se considerar as barreiras atitudinais, pois por muitas vezes, estas tornam-se obstáculos na vida de uma pessoa com deficiência, impossibilitando sua inserção nos diversos ambientes, inclusive o acadêmico, resultando para estas em um processo perverso de exclusão, discriminação e negação de direitos.

Sendo assim, observamos que para além da destinação de profissionais de apoio, ou da remoção dos obstáculos físicos, torna-se necessário uma mudança da mentalidade humana, a partir da compreensão de que a questão da deficiência constitui um “problema” social, ou seja, é uma reponsabilidade de todos.

## CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Quando questionados em relação a acessibilidade no âmbito da UFPB, a maioria dos estudantes com deficiência, destacou que a mesma se dá principalmente através do programa aluno apoiador ou de ambientes específicos da universidade que lhes prestam apoio

1. *O apoio oferecido pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) é regular, pois não atende à todas as demandas da pessoa com deficiência, a exemplo quando você fica sem apoiador e tem que ficar aguardando a abertura de um edital para a chamada de novos apoiadores. (PCD 2)*
2. *Eles nos oferecem um aluno para nos apoiar e o setor para adaptação de materiais. (PCD 4)*
3. *Por meio desse trabalho, consegui perceber a importância da acessibilidade e passei a lutar por ela no meu campus (E.A 1)*
4. *[...] As minhas lutas pela acessibilidade ficaram ainda mais forte a fim de garantir os direitos principalmente da apoiada, considero os ganhos bem positivos uma vez que o trabalho desenvolvido, resumos das aulas e dos materiais, aula complementares de apoio, tem resultados satisfatórios para a permanência da apoiada no curso. (E.A 3)*

Fica claro que, além de contribuir para a acessibilidade dos discentes com deficiência, o programa aluno apoiador possibilita uma conscientização social por parte dos sujeitos que o compõem, levando-os por muitas vezes a engajar-se na luta pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência.

## RELAÇÃO DOCENTE, APOIADOR E APOIADO

Sabe-se que por muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social, porém, na atualidade elas ocupam espaços no qual jamais pensou-se que elas estariam, por esse, e muitos outros motivos, a universidade passa a ser um lugar hostil, principalmente no que se refere as atitudes dos docente para com seus discentes, como fica explicitado nas falas a seguir:

1. *A universidade ajuda, tem o interprete, tem o programa aluno apoiador é muito bom, mas os professores têm que ter mais curiosidade em questão da inclusão, não excluir, observar mais as questões dos deficientes, dos surdos, as leis tem conhecer, por exemplo, a prova não é igual tem que ser diferente da prova do ouvinte. (PCD 3)*
2. *A vezes tem professores que adaptam, outros sempre pedem desculpa. (PCD 6)*
3. *A relação entre eu e os apoiadores é boa, mas com os professores não vejo uma relação. (PCD 5)*
4. *[...]Os professores não têm capacitação para trabalhar com pessoas com deficiência. (PCD 1)*

Porém, no que se refere a relação entre as pessoas com deficiência e seus apoiadores, fica perceptível, que é uma relação harmoniosa, ou seja, uma parceria em combate as barreiras estabelecidas no cotidiano universitário.

1. *Pela primeira vez estou sendo incluído em algo. A partir da experiência que eu tenho de agradecer a todos que fazem e tem a paciência de me ajudar sempre nas minhas atividades em todos os períodos acadêmicos. (PCD 3)*
2. *Foi uma experiência a qual pude aprender com as diferenças de cada um dos meus apoiadores e assim também obtendo conhecimento. (PCD 2)*
3. *Sempre gostei de ajudar e auxiliar as pessoas sempre que possível, esse foi o principal motivo que me fez entrar no programa, como também auxiliar minha apoiada na realização de um de seus objetivos, que é se formar. (E.A 2)*

A partir desses relatos podemos identificar que o maior enfrentamento que se estabelece na formação dos alunos com deficiência em uma graduação, não é oriundo dos alunos sem deficiência, mas da falta de sensibilização daqueles que deveriam ser os maiores exemplos de uma universidade, os professores.

## CAPACITAÇÃO:

Diante de todas as problemáticas que foram expostas na referida pesquisa, pensou-se na criação de um projeto de extensão que pudesse auxiliar no processo de capacitação e

empoderamento, tanto das pessoas com deficiência, quanto dos seus apoiadores, com o intuito de corroborar com o processo de inclusão universitária.

Com o intuito de colher mais informações em relação a quais temáticas os estudantes gostariam que fossem discutidas nesse projeto, obtivemos as seguintes respostas:

1. *É fundamental o ensino de Braille para todas as pessoas interessadas em aprender tanto dentro quanto fora da vida acadêmica para ensinar aqueles que não sabem. Por isso, é importante ter essa temática neste projeto de extensão para se ter a capacidade de entender e compreender o quanto nós que somos deficientes visuais necessitamos da escrita em Braille para a nossa vivência. Portanto, é necessário o ensino e aprendizagem para eu passar para as outras pessoas que querem aprender esse conteúdo na área de Educação Especial. ( PCD 3).*
2. *Barreiras atitudinais, na dimensão da esfera pública jurídica, uma vez que direitos são negados pela universidade e não há uma efetiva ação para que esses direitos violados sejam reavidos. (PCD 5)*
3. *A inclusão, explanação sobre as leis, direitos e deveres de ambos seja apoiado, apoiador e professor no que se refere a conscientização para a adaptação das aulas, provas e atividades diversas. (E.A 4)*

Diante dos resultados obtidos, fica perceptível quão os apoiadores estão preocupados em receber uma capacitação com o intuito de facilitar o processo de ensinoaprendizagem dos estudantes com deficiência, como também meios que possibilitem a efetivação dos direitos destas pessoas. Para além disto, ressaltamos que é de suma importância o empoderamento destes sujeitos, para que possam lutar todos os dias, enfrentando situações de estigmas e preconceitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Se considerarmos que tanto os ambientes familiares como os escolares são marcados por uma série de barreiras físicas e atitudinais, será possível afirmar que o fato de um estudante com deficiência alcançar o ingresso no ensino superior já se caracteriza como um indicativo de empoderamento. Entretanto, a voz de estudantes apoiados e apoiadores apresentadas na presente pesquisa indica que a universidade reproduz práticas de exclusão, discriminação e negação do direito dos estudantes com deficiência o que resulta em experiências fragilizadas de aprendizagem e participação destes estudantes na vida acadêmica.

Diante deste panorama, consideramos que os avanços no tocante a legislação e às políticas públicas de inclusão e acessibilidade já são significativos. Toda via de acordo os dados coletados, mais que tão somente ajudar apoiados e apoiadores a tomar conhecimento

das leis, é preciso implementar práticas formativas que potencializam as forças destes sujeitos para que tomem consciência e assumam seu protagonismo dentro e fora da universidade.

A partir destes registros esperamos contribuir no sentido de ampliar as discussões de questões em torno da inclusão e acessibilidade no ensino superior, suscitando a gestão universitária, o corpo docentes, como também os discente com ou sem deficiência, a se comprometerem com a luta por igual de oportunidades e pela construção de uma escola, uma universidade e uma sociedade inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível In. Acesso em: 10 maio 2013.

DANTAS, T. C. **Direito das pessoas com deficiência à educação: evolução das políticas públicas e do marco legal**. 2010. Monografia (Graduação Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

DANTAS, T. C. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. Tese (Doutorado em Educação). UFPB/CE. João Pessoa, 2014.

DIAS, G. N. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacionais das pessoas com deficiência**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João DelRei. Departamento de Psicologia. / Gleice Noronha Dias. – 2014.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** [ebook]: Editora Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/42459112/diniz-d-o-que-e-deficiencia>>. Acesso em: 17 jul 2019.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Reflexão sobre a docência universitária** In: MELO F. R. L. V. **Inclusão no ensino superior: Docência e necessidades educacionais especiais**. Natal, EDUFRN, 2013. p. 47-55.

SANTIAGO, S. A. S. **Exclusão e deficiência: primeiras aproximações teóricas**. In: RICHARDSON, R. J. (Org.). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SOUZA, O. S. H. **Itinerários da inclusão escolar: Múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: ULBRA. 2008